

*Thais Cristina
Silva de Oliveira*

Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do corpo editorial do Cosmopolítico.

O NOVO ITAMARATY: UM PROJETO POLÍTICO DE DESINTEGRAÇÃO REGIONAL

A América do Sul, apesar de um passado histórico de colonização comum, possui barreiras políticas internas devido aos processos de formação dos Estados nacionais que se deram de maneira diferente, e, muitas vezes, com disputas que geraram desavenças que perduram até hoje. O caso do Brasil, um dos mais significativos, por ter herdado a máquina pública e a monarquia de Portugal, contribuiu para que o sentimento de superioridade e não pertencimento da região - identificando-se muito mais com a Europa do que com a América - constituísse um afastamento da região desde o início da sua formação como país independente.

Não se reconhecer como sul-americano ou sentir-se superior aos outros países da região são, por si só, motivos bons o bastante para dificultar uma integração regional. Porém, o histórico da região mostra que sempre houve um esforço de cooperação a fim de favorecer, se não o bem da região, pelo menos o interesse nacional. Desse modo, ao longo dos anos, inúmeras tentativas de integração e cooperação regional foram propostas, sendo a mais marcante e significativa delas, em vigor até hoje, o projeto de integração econômica



regional que resultou no MERCOSUL, união aduaneira que existe desde 1991, tendo como países fundadores Uruguai, Argentina, Paraguai e Brasil.

O período de maior integração sul-americana é também conhecido como período “pós hegemônico”, por remeter a um desmantelamento dos laços de hegemonia Norte-Sul, em questão de defesa e economia, que sempre prevaleceram historicamente no continente, e dando maior destaque para uma aproximação Sul-Sul. Tal recorte temporal na região foi marcado, principalmente, pela convergência de propostas de inclusão social e desenvolvimentistas nacionais, sobretudo no que tange ao Brasil, já que a última sempre foi uma pauta em qualquer tipo de governo, de qualquer espectro, por ser considerada a questão central do país. Tais ideais eram também compartilhados no período pelos governantes dos países vizinhos, onde podemos citar alguns deles, governantes de esquerda e centro esquerda, como Rafael Correa, Evo Morales, Néstor e Cristina Kirchner, Lula, Nicanor Duarte e Hugo Chávez.

No que tange ao Brasil, o primeiro governo da conhecida “Onda Rosa” foi o Governo Lula (2003-2011). Este, ao assumir, deixou claro seu projeto de encarar a América do Sul como um projeto político, por meio do qual o Brasil conseguiria maior destaque no cenário internacional e uma liderança regional. Juntamente com seu Chanceler Celso Amorim, para atingir tal objetivo, maior ênfase foi posta no MERCOSUL e propostas de ampliação deste e de criação de outras instituições, com finalidades para além da econômica, foram propostas. A criação do Focem, em 2005, é um dos exemplos disso, sendo este um fundo para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade e promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas, além de apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração (MERCOSUL, 2021).

Maria Regina Soares de Lima e Carlos Milani (2019), defendem que a primazia política, a fim de elevar a capacidade de integração, deveria ser a prioridade dos governos da América do Sul. Medida esta que, como já exposto, Lula tomou desde sua posse. Outra característica seria a do Estado como ator econômico, para agir em prol do desenvolvimentismo, a fim de promover uma industrialização maior de seu território. No governo Lula, este Estado Desenvolvimentista se deu através de uma relação de maior transparência e de investimento em capital humano.

O ponto central deste Regionalismo, porém, seriam as questões sociais, naquele momento comuns a todos os países da região. Governos progressistas, de

esquerda e centro-esquerda, tendem, naturalmente, a prestar mais atenção a tais pautas. O escopo político de integração contribuiu para o investimento também em questões sociais, a fim de desenvolver a região, como um todo, para que esta fosse social e economicamente independente eventualmente.

Todas estas medidas, tomadas durante os anos do governo Lula, foram combinadas na criação da UNASUL, em 2008, na cúpula de Chefe de Estados em Brasília. Por iniciativa do governo brasileiro, mais uma vez demonstrando a vontade do Brasil de liderar a integração na região, a organização foi a primeira de cunho político, exclusivamente sul-americana, a reunir todos os países da região. Tal organização inovou ao criar instituições regionais inovadoras, como o Conselho de Segurança Sul-Americano, que desvinculou a noção de defesa da região à proteção dos EUA. Tais medidas serviram de modo a fortalecer o País frente a crises, pois possibilitaram que negociassem com outros centros econômicos com maior força e até então não tão próximos do Brasil, como na Ásia, ou seja, outros mercados emergentes do Sul Global. Maria Regina (2019) inclusive aponta que a principal ameaça para o fim desta integração tão fortalecida seria a falta de visão geográfica estratégica por parte do Brasil na região, postura assumida na gestão de Lula, e enfraquecida no governo sucessor.

O governo Dilma (2011-2016) herdou o apoio popular e o apelo do de Lula, mas em questões de política interna passou por um período mais conturbado, e isto implica, conseqüentemente, na política externa, fazendo com que as medidas da presidenta fossem mais moderadas em comparação às do antecessor. As pressões internas foram capazes de encerrar o mandato da ex-presidenta Dilma antes que seu 2º governo fosse concluído, e seu vice, Michel Temer, do PMDB, assumiu o governo do país. Tal ato teve conseqüências estruturais imensas para a PEB.

Em seu governo (2016-2018) uma nova estratégia para uma inserção internacional, diferente da autonomia proposta pelos governos anteriores, nasceu, a fim de deslegitimar todas as ações e conquistas do governo anterior. Desse modo, sua gestão foi composta pelos Chanceleres José Serra e Aloysio Nunes, ambos não provenientes da carreira diplomática. Uma diplomacia econômica focada em acordos bilaterais, a fim de atingir parcerias, não excluindo, porém, as relações sul-sul, ao reconhecer o valor econômico do Mercosul para o país, foi característica do governo. Temer foi um dos presidentes que participou e deu ênfase para a concretização do acordo econômico do bloco com a União Europeia na época. Além disso, foi também uma característica desta nova face da PEB o escopo mais militar, focado no combate

aos crimes acontecidos nas fronteiras brasileiras, como o narcotráfico, assunto, até então, tratado com delicadeza pelo governo anterior devido à necessidade de cooperação.

Os focos principais desta transição de Políticas Externas, que também é o traço comum mais forte entre os dois governos subsequentes aos do PT, são: o princípio da desideologização, a partir do afastamento de países como Venezuela e Cuba; a utilização política do argumento da crise dos refugiados venezuelanos no norte do País; e o apoio, por parte do governo brasileiro, à exclusão do país bolivariano de instituições e blocos internacionais e regionais, como o MERCOSUL e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Com relação a UNASUL, devido à desvalorização do escopo político, a instituição passou por problemas, ainda mais com as relações estreitas entre Brasil e Venezuela. A falta de vontade política do Brasil de continuar sua liderança no organismo também era visível, e, assim, essa conjuntura organizacional acarretou o não pagamento de seu corpo de funcionários e a perda de sua sede – este último também potencializado pela inatividade dos conselhos da organização (SIMÕES, 2019).

Ao fim deste período, então, com uma transição para uma Política Externa Brasileira (PEB) ainda mais dura, houve uma reformulação das diretrizes desta. Primeiro, a integração política na América do Sul deixou de ser prioridade, em favor da econômica, e, posteriormente, a região foi posta definitivamente de lado pelo Itamaraty baseado nos princípios do ex-Chanceler Ernesto Araújo.

Marianna Albuquerque e Josué Medeiros (2020) argumentam que Bolsonaro, desde o seu plano de governo, já mostrava uma quebra total com os governos progressistas da Onda Rosa e a radicalização da mudança no Itamaraty. Assim, os três pilares do novo Rio Branco de Bolsonaro e de seu ex-Chanceler Ernesto Araújo são a desideologização, o comércio e a segurança. O viés ideológico, no atual governo, é sempre posto à prova, em comparação com os governos anteriores. Além disso, críticas abertas a países como China, Cuba e Venezuela são frequentes por parte do presidente e de seus apoiadores, de forma sempre a reforçar o princípio da soberania nacional, frisando que o Brasil não compactua com tais ideais “comunistas” disseminados por estes países.

Além disso, a quebra para com os princípios da tradição diplomática brasileira, formulados nos feitos do Barão do Rio Branco, é, se não pauta central, certamente um objetivo a ser concluído. O Barão do Rio Branco foi o responsável pela conversão

do Itamaraty num sistema de organização e definição de valores internacionais, transformando a instituição em algo mais importante do que uma chancelaria. Esses valores apelavam ao que havia de melhor na consciência do público e eram reforçados pelas vitórias do Barão, ajudando a legitimar a República. Por isso, talvez, o Barão do Rio Branco era encarado como a encarnação do Brasil ideal. É justamente neste período que se inicia a valorização da sociedade brasileira pela tradição diplomática.

Por influência de Rio Branco, Joaquim Barbosa e vários outros diplomatas notáveis na história brasileira, criou-se um conjunto de valores que encarnaram uma ideia de Brasil: país pacífico, satisfeito com seu território, sem conflito com os vizinhos. Um país avesso a preconceitos raciais e religiosos, consciente da sua miscigenação, que tem como objetivo superar o subdesenvolvimento e a redução da desigualdade. No escopo externo, a visão do Brasil é a da defesa dos Direitos Humanos, do meio ambiente, força construtiva de moderação e equilíbrio, para construir um Sistema Internacional mais equilibrado, pacífico e democrático.

Este pensamento, portanto, enraizado na comunidade, dá a entender que há outra maneira de ser potência: uma potência ambiental, dos Direitos Humanos, de promoção da paz. Rejeita-se a soberba com os países menos desenvolvidos, admira-se a reconciliação, o equilíbrio, e aspira-se à moderação, ao senso de proporção. Graças ao êxito do passado, esse sistema de valores éticos e políticos da diplomacia obteve sua consagração. Esses valores foram internalizados pela população, e passou a ser impensável imaginar um Brasil de personalidade internacional diferente.

A partir disso, posicionamentos como o do governo de Bolsonaro, ao tomar partido de Donald Trump nas eleições americanas, e suas posturas céticas com relação ao desmatamento na Amazônia e, conseqüentemente, sua preservação, são choques grandes para a diplomacia nacional. Os países do Mercosul ou da América do Sul são deixados em segundo plano durante sua gestão, preterindo-os à um alinhamento com os Estados Unidos. Este é o ponto crucial onde é posto de fato um fim na integração Sul-Sul, e a região é deixada completamente de lado. O que era um projeto político de integração, passou a ser um projeto político de desintegração no governo Bolsonaro.

O novo período neoliberal inaugurado a partir de 2017 na região e também no mundo, com a necessidade de reformulação e realinhamento de políticas externas, a fim de quebrar a tradição dos governos passados, tem como exemplo a ascensão de governos de direita ao redor do globo: Donald Trump nos EUA, Jimmy Morales

na Guatemala, Porfirio Lobo Sosa e Juan Orlando Hernández em Honduras, Horacio Cartes no Paraguai e Mauricio Macri na Argentina. No que tange ao Brasil, Michel Temer e Jair Bolsonaro inauguraram, respectivamente, governos de direita e extrema direita que buscaram, acima de tudo, um afastamento ideológico na PEB. Com medidas radicais como o apoio a expulsão da Venezuela do MERCOSUL e da OEA no governo de Temer e a saída do Brasil da UNASUL no governo de Bolsonaro, este “Novo Itamaraty”, delineado na proposta de governo do atual presidente da República, mostra que busca, acima de tudo, reformular as bases tradicionais do Rio Branco, especialmente as dos últimos 30 anos.

Desse modo, as posturas tomadas pelos dois últimos governos, de modo a se afastar cada vez mais da região de seus vizinhos, de diferenciadas maneiras, constituem, hoje, o principal desafio para uma integração regional na política externa contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Marianna; MEDEIROS, Josué. **A crise da democracia no Brasil: do lulismo ao bolsonarismo**. In: LIMA, Maria Regina Soares... [et al.] América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional. Rio de Janeiro: Grupo Multifoco, 2020, p 52-69.

COLETTA, Ricardo Della. **Ernesto Araújo exclui curso sobre América Latina de formação de diplomatas**. Folha de São Paulo, 16 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/chanceler-exclui-curso-sobre-america-latina-de-formacao-de-diplomatas.shtml>. Acesso em 15 de maio de 2021.

FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL (FOCEM). Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/fundo-para-a-convergencia-estrutural-do-mercosul-focem>. Acesso em 15 de maio de 2021.

MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. **AS SEMELHANÇAS ENTRE OS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO NA POLÍTICA EXTERNA (2016-2019)**. Revista Neiba, Caderno Argentina-Brasil. Volume 9, 2020, p. 01-19. 2020.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. **Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro**. Relações Internacionais, Lisboa, n. 64, p. 117-137, dez. 2019. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992019000400008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 15 de maio de 2021.

SIMÕES, Renata Moraes. **A MODIFICAÇÃO DA POSTURA BRASILEIRA NA UNASUL: DA CRIAÇÃO À FORMALIZAÇÃO DA SAÍDA DO BLOCO (2008-2019)**. Revista Neiba, Caderno Argentina-Brasil. Volume 8, 2019, p. 01-08. 2019.